A QUESTÃO DA AUTORIA FEMININA NA LITERATURA INGLESA OITOCENTISTA

ISRAEL SOUZA DE OLIVEIRA
UFCG
israel.pbcz@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar aspectos da trajetória feminina rumo à autoria no contexto histórico do século XIX, em especial na Inglaterra. Para tanto, serão elencadas algumas dificuldades que as mulheres encontraram ao longo de sua história, em especial para se tornarem escritoras publicadas e reconhecidas pelo público e pela crítica de então. Dentre elas, o duplo padrão da crítica literária que as acusava de produzir textos inferiores, sobretudo por tratarem da questão da domesticidade e também pela dita preferência feminina pelo gênero romanesco, considerado inferior à época, visto ser ainda um gênero em processo de formação e ascensão. Tais aspectos serão discutidos e exemplificados com autoras e obras literárias tanto americanas quanto inglesas, para destacar o que se tornou uma tradição literária de autoria feminina naquele século.

Palavras-chaves: Feminismo; sociedade; autoria feminina.

INTRODUÇÃO

A literatura é um instrumento comunicativo de extrema importância através da qual o autor transmite aos leitores – sobretudo no caso da literatura escrita devido a uma circulação maior - conhecimentos, principalmente culturais. Dentre suas funções, as obras literárias têm como objetivo tornar o leitor conhecedor das experiências vividas pela sociedade numa determinada época, proporcionando-lhe uma maior possibilidade de abertura crítica acerca de determinados comportamentos, notadamente no caso da mulher, ao fazerem referência aos modos de vida da classe feminina, o que pode levar o leitor a refletir e criticar a realidade que o cerca. Esses conhecimentos transmitidos através da literatura podem proporcionar uma ampliação do horizonte cultural do leitor, pois além de lhe apresentar aspectos culturais de diferentes formas de vida e comportamentais de povos diferentes ao longo da história, promove a discussão de temas importantes, ao tempo em que desperta nos leitores não só o gosto pela leitura, mas também um senso crítico mais apurado.

Diante disso, é importante considerar que, o século XIX não foi um período fácil para as mulheres. Nele, elas eram submetidas às condições sociais impostas pela sociedade - de modo muito mais difícil do que nos dias atuais -, bem como pelo pensamento machista que era fortalecido e apoiado por princípios religiosos, os quais a compreendiam como mero “instrumento” de procriação. Além disso, a figura feminina não usufruía de direitos igualitários quando comparado aos homens da mesma época, por exemplo: não tinha direito ao voto; se fosse casada e, por algum motivo se divorciasse, não teria o direito de ficar com a guarda dos filhos; não poderia ter bens materiais em seu nome, muito menos administrá-los em caso de perda dos parentes masculinos, conforme atestam Gilbert e Gubar (1996). Já o acesso à educação era totalmente limitado a um aprendizado básico, direcionado à maneira de como se comportar na sociedade, especialmente como dona de casa de forma que agradasse os homens, em especial, ao marido, o que a relegava a uma situação de total submissão, como mostra Araújo (*apud* PRIORE, 1997, p.50):

O programa de estudos destinado às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar”

Entretanto, mesmo em condições tão adversas, a partir do século XVIII surge, de forma sistemática no mundo ocidental, uma profusão de escritos saídos da pena feminina, sejam eles ensaios feministas em prol da causa das mulheres, a exemplo de *A vindication of the rights of women* (1792), de Mary Wolstonecraft, sejam romances, como as obras góticas de Ann Redcliff. Ainda assim, é apenas no século XIX que surge uma literatura de autoria feminina, com grandes nomes, tais como, Jane Austen, as irmãs Brontë e George Eliott – isto, considerando-se o contexto anglo-americano (DIAS, 2015).

O percurso das mulheres como sujeito da produção histórica e literária tem sofrido e enfrentado muitas dificuldades e opressões que parecem insolúveis, em muitos casos, devido à dominação atrelada ao poder e desigualdade presentes na sociedade, fruto da suposta superioridade masculina e, conseqüente, suposta inferioridade feminina. Afinal, eram apenas os homens que formulavam e estabeleciam as regras que organizam a sociedade naquela época, especialmente no período patriarcal ao ponto de terem tornado as mulheres, por muito tempo, “invisíveis” e silenciadas em todas as esferas da vida produtiva e ativa no espaço social.

Esta situação não era diferente no espaço literário, sobretudo até o século XIX, visto que as mulheres viviam numa espécie de confinamento, “trancadas” na casa do pai ou do marido. Muitas delas realizavam seus escritos de maneira privada e íntima, no silêncio da noite, em seus quartos, local onde respondiam às cartas recebidas, mantinham seus diários atualizados, talvez como forma de terapia, especialmente ao relatar suas vidas em forma de escrita (PERROT, 2007). Além disso, no caso de possíveis publicações, elas deveriam sair “pelas portas dos fundos”, muitas vezes em forma de pseudônimos masculinos com o intuito de apagar a imagem feminina devido aos preconceitos relacionados, inclusive, aos temas abordados nos seus escritos pela crença de “improdutividade” atribuída às suas produções que muitas vezes tratavam exclusivamente das próprias experiências de vida. Assim, através da escrita, elas expressavam de forma implícita suas mais profundas angústias e insatisfações com aquelas rotinas submissas ao seu provedor (pai ou marido) e aproveitava esta única “arma” – a escrita - para criticar a condição ao qual estavam destinadas: domesticidade, procriação e a serem anjos do lar. De acordo com Moreira (2005, p. 235):

As escritoras do século XIX (...) vivenciaram um conflito no que dizia respeito à criação literária, pois oscilavam entre assumir um comportamento que as definisse como autoras e/ou instrutoras; ou seja, elas internalizaram os códigos socioculturais vigentes e, conseqüentemente, sentiram-se inadequadas nos papéis que o patriarcado lhes fixou e ameaçadas na identidade.

No entanto, o discurso predominante do sistema patriarcal não foi capaz de silenciar as vozes femininas insatisfeitas com o estereótipo de serem tidas como “segundo sexo” na terminologia de Beauvoir (1980), ou rotuladas como seres incapazes de exercerem funções que fossem além das que eram destinadas a elas, cuja escrita poderia ser uma forma de ganhar espaço e integração política à sociedade “ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até mesmo sentimentos esperados em determinadas situações” (TELLES, 2002, p. 402), em que somente os homens poderiam estar inseridos.

Sendo assim, é notório que a produção literária de autoria feminina enfrentou várias barreiras ao longo da história, mais precisamente entre os séculos XIII e XIX. Segundo Moers, em seu livro *Literary Women* (1976), neste período já havia uma dominação – mesmo que ainda pequeno - na produção de romances escritos por mulheres na Inglaterra, porém, somente no final do século XIX foi que as mulheres conseguiram maior espaço no meio editorial (DIAS, 2015). Assim, entre estas etapas de busca e consolidação no

universo literário, compreende-se o período que vai desde a fase de aceitação das obras pelas editoras para a publicação até a recepção destas, principalmente por parte dos leitores masculinos, considerados na época os críticos literários.

Entretanto, estes processos não eram simples nem fáceis, pois havia na maioria das vezes imposições sociais que barravam e limitavam estes escritos, principalmente os produzidos pelas mulheres. As irmãs Brontë – Emily Brontë (1818-1848), Charlotte (1816-1855) e Anne (1820-1848), por exemplo, ficaram excluídas por muito tempo do espaço literário já que elas usaram pseudônimos masculinos ou apenas as iniciais do nome em algumas de suas obras como tantas outras escritoras. Com isso, elas objetivaram ocultar a “imagem feminina” devido ao forte preconceito e suposta “incapacidade” atribuída às suas atividades de escritas. A este respeito, Lobo (1998, p. 5) destaca:

Ser o outro, o excluído, o estranho é próprio da mulher que quer penetrar no sério mundo acadêmico ou literário. Não se pode ignorar que, por motivos mitológicos, antropológicos, sociológicos e históricos, a mulher foi excluída do mundo da escrita – só podendo introduzir seu nome na história europeia por assim dizer através de arestas e frestas que conseguiu abrir através de seu aprendizado de ler e escrever em conventos.

Além disso, outro fator que barrava as produções literárias femininas era à desvalorização dos temas abordados nas obras, visto que eles prestigiavam, na sua maioria, apenas o espaço doméstico/familiar. Entretanto, por meio destas escritas, as mulheres puderam usá-las a seu favor como um grito de protesto (ainda que de maneira implícita) ao fazerem referência à insatisfação delas com a vida limitada que as prendiam neste universo patriarcal, sempre dependente da figura masculina. Ainda sobre isso, Dias (2015, p. 18) ressalta:

Um dos grandes preconceitos que as mulheres escritoras tiveram de enfrentar no século XIX foi a desqualificação dos temas abordados em suas obras, dentre eles, havia a principal acusação sobre a “incômoda” presença do que chamavam de “domesticidade” nas obras femininas. Muitas vezes esse julgamento acontecia *a priori*, baseado no tradicional e limitado acesso à educação disponível às mulheres, como mostra Showalter. A sociedade, em geral, imaginava que o que saía da pena de uma mulher deveria ser tão limitada quanto a visão de mundo que a opinião pública julgava que elas tinham sobre a vida, sobre as artes, sobre tudo.

Além do mais, as críticas masculinas não eram as únicas geradas sobre as produções femininas, haja vista que algumas escritoras que também buscavam espaço no meio literário, a exemplo das escritoras inglesas Harriet Martineau (1802-1876) e George

Eliot (1819-1880), demonstravam desconforto com o papel atribuído às personagens do seu sexo, principalmente nos romances, visto que na maioria das vezes retratavam um certo “desespero” na busca pelo casamento/espço doméstico/mãe (DIAS, 2015). Isso ocorria porque o casamento era a única saída para elas, sobretudo porque trabalhar era algo mal visto para a reputação feminina e não casar significava tornar-se dependente da boa vontade de parentes para sustentá-las, após a morte dos pais. Então, não havia possibilidades da mulher ser plenamente aceita naquela época, pois se ela escrevesse sobre domesticidade era criticada, se abordasse temas que transgredisse a moral das normas impostas pelo sistema patriarcal, também seria criticada, ainda que a primeira opção fosse bem mais conveniente para elas.

Entretanto, mesmo diante dessas barreiras, a figura da mulher sempre ocupou lugar de destaque como protagonistas na literatura de autoria masculina mesmo em nesse período em que muitos direitos eram negados as mulheres bem como seus espaços limitados pelo patriarcalismo, a exemplo de Emma Bovary, personagem do famoso romance *Madame Bovary* (1857), escrito pelo francês Gustave Flaubert (1821-1880); *Salomé* (1891), do irlandês Oscar Wilde (1854-1900); Eliza Doolittle em *Pigmaleão* (1913), do também irlandês George Bernard Shaw (1856-1950); Daisy Buchanan em *O grande Gatsby* (1925), do americano F. Scott Fitzgerald (1896-1940), entre tantas outras que foram protagonistas nas obras desde a Antiguidade Clássica, representadas na ficção da maneira que o escritor desejasse, diante do contexto histórico em que estavam inseridas.

Todavia, suas representações nas obras masculinas poderiam ser considerada de maneira supostamente *positiva*: quando incorporavam personagens submissas e obedientes, subordinadas a viver no contexto real, tais como esposas, mães e donas do lar, consideradas “anjos” capazes de se sacrificarem por aqueles que as rodeavam. Mas também havia tipos de personagens consideradas de forma *negativa*: bruxas, adúlteras, prostitutas, entre outras quando transgrediam as normas sociais consideradas aceitáveis naquele contexto.

Mesmo assim, por muito tempo, a mulher foi tratada de modo inferior não só na literatura, mas no real contexto como seres passivas e submissas, por serem vistas de maneira inferior devido principalmente a suposta fragilidade física em relação aos homens que eram classificados como fortes e corajosos, por isso, tidos como donos do poder pelo sistema patriarcal. Sobre isso, Colling (2014, p.13) relata que as personagens femininas:

ainda são apresentadas como morais, frágeis, dóceis, emotivas, amantes da paz, da estabilidade e da comodidade do lar, incapazes de tomar decisões, desprovidas da capacidade de abstração, intuitivas, crédulas, sensíveis, ternas e pudicas.

Portanto, era negada a elas a liberdade de expressar o que sentiam ou pensavam, como também falar ou viver conforme elas necessitassem, pois eram controladas pelas decisões impostas por seus pais ou maridos, responsáveis por deixá-las invisíveis no âmbito social patriarcal, não permitindo que elas mostrassem suas habilidades de exercer atividades profissionais ou não, como leitura, escrita, nem mesmo aquelas ligadas às artes como música e pintura, trabalhos da esfera pública em geral. Para Barreto (2004, p. 64), o patriarcalismo:

[...] É caracterizado por uma autoridade imposta institucionalmente, do homem sobre mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda organização da sociedade, da produção e do consumo, da política, à legislação e à cultura.

Logo, cabe ressaltar que a liberdade da mulher nesse período era limitada apenas ao espaço privado ligado ao âmbito doméstico/maternal e restrito ao espaço social, enquanto os homens mantinham-se donos do poder nos espaços públicos e privados. Além disso, suas vestimentas também deveriam estar de acordo com os padrões morais aceitáveis pela sociedade, pois elas também faziam parte dos “negócios” de seus maridos nas reuniões ou jantares oferecidos com interesses lucrativos. Nestas ocasiões elas deveriam manter uma postura adequada mesmo contra a própria vontade. Além do mais, Dantas (2016, p. 27) ainda destaca outras limitações atribuídas ao modo de vida delas mesmo no âmbito doméstico:

Às mulheres não era dado o direito de “pensar” sobre a sociedade, o comércio, as relações da política, a refletir sobre o poder, nem sequer a discordar da arrumação da sua própria casa, caso tivesse opinião contrária a do marido, muito menos expor ideias sobre tais temas da sociedade. Entretanto, algumas poucas mulheres já começavam a despontar e compartilhar com o meio as suas ideias e, principalmente, a expor seu ponto de vista sobre a maneira incômoda como os homens as julgavam.

Todavia, nem todas as escritoras tinham o mesmo pensamento em prosseguir com seus escritos e torná-los acessíveis ao público leitor, embora, algumas tenham prosseguido no meio literário, a exemplo de Jane Austen, as irmãs Brontë, Kate Chopin, entre outras. Algumas utilizavam o diário pessoal para escrever pequenas histórias que serviram de

maneira significativa para publicações futuras. Ora, Kate Chopin, uma escritora sulista dos Estados Unidos continha em seu próprio diário escritos iniciais que deram início nas produções de suas obras aos trinta e dois anos quando foi instruída pelo seu médico a escrever com fins terapêuticos após a perda de sua mãe. Sendo assim, as obras escritas pelas mulheres daquela época de submissão/passividade proporcionam aos leitores atuais terem acesso aos costumes e ao modo como elas viveram, uma vez que nesses diários, essas escritoras e tantas outras que adotaram esta prática refletiram sobre o próprio papel na sociedade e na maneira como representaram a realidade da qual faziam parte através da literatura. Já as mulheres que preferiram se livrar de seus escritos restam sobre elas somente referências esparsas em textos de pessoas que as conheciam ou de pesquisas realizadas de acordo com os relatos da época.

Portanto, desde que as mulheres passaram a retratar suas rotinas de esposa/dona de casa através do meio literário, discussões sobre a quebra dos padrões de suas escritas em relação aos modelos canônicos de autoria masculina foram elencados em meio a uma tradição que as inferiorizavam. Embora, já no final do século XVIII, foi permitido que as mulheres escrevessem, mas tais textos, de modo geral, consistiam em receitas, diários, manuais domésticos de como manter a casa em ordem, entre outros gêneros, desde que não violassem os bons costumes e a moral da cultura patriarcal (TEDESCHI, 2008).

Algumas delas iam além, e aproveitavam suas histórias para criticar a sociedade opressora. Foi isso que Kate Chopin fez em seu romance intitulado “*The Awakening*” (1899), traduzido em português para “*O despertar*” (1889). Assim, a autora inseriu através da personagem Edna Pontellier, pensamentos e ações considerados a frente do seu tempo, que confrontavam todos os princípios morais de uma sociedade patriarcal, tudo isso em razão da busca pela identidade de sua protagonista que, embora já fosse casada a mais de 8 anos, descobriu o amor, a sexualidade, a independência através de outro homem mais novo. Acerca da recepção do romance de Chopin e o conteúdo, Sroczynski (2004, p. 10:11) afirma:

O despertar surpreende o público e a crítica. Um romance no qual se explora a individualidade da mulher, em que se celebra a sexualidade feminina, em que se discutem as tensões entre as imposições do casamento e os desejos eróticos, em que se questionam os mitos da maternidade, provoca reações hostis considerando-se, principalmente, os arraigados preconceitos sociais e os padrões morais concernentes ao contexto no qual a obra estava inserida.

Por isso, todos os livros foram retirados das bibliotecas e queimados em praça pública por ter sido considerado uma ameaça aos princípios patriarcais tendo em vista que o público leitor na sua maioria fossem as mulheres. Isso fez com que a escritora Kate Chopin fosse esquecida por muito tempo da literatura, e somente nos anos sessenta, com a ascensão da crítica literária feminina foi que ela ganhou novos espaços, principalmente nas pesquisas acadêmicas sobre feminismo.

Entretanto, outras escritoras também sofreram para hoje serem reconhecidas no mundo editorial literário. Virginia Woolf, em *Um teto todo seu* (1929), iniciou seu texto fazendo uma ironia ao sistema patriarcal por retirar da mulher a liberdade de escrita e a independência, ao dizer que “a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção” (WOOLF, 2004, p. 8). Neste discurso, a escritora enfatizou a limitação econômica de total dependência do seu provedor - no caso pai ou esposo – uma das barreiras que dificultavam seus sonhos de se tornarem reconhecidas como escritoras, principalmente quando a publicação tinha que ser custeadas por elas mesmas e a restrição espacial delimitada apenas ao espaço doméstico, a própria casa, confinadas em seus quartos.

Mesmo diante de tantos percalços, os escritos femininos foram aos poucos ganhando destaque e se tornaram essenciais para motivar e dar voz às mulheres no espaço literário. Sobre isso, Perrot (2005, p.13) destaca a importância dos escritos iniciais femininos:

[...] Inicialmente isoladas na escrita privada e familiar, autorizadas a formas específicas de escrita pública (educação, caridade, cozinha, etiqueta...), elas se apropriaram progressivamente de todos os campos da comunicação e da criação: poesia, romance sobretudo, história às vezes, ciência e filosofia mais dificilmente.

Assim, o século XIX foi um período de destaque nos escritos de autoria feminina, situação que logo espalhou-se pela Europa e Estados Unidos bem como no Brasil. Dentre os escritos literários de autoria feminina, podem-se destacar contos, poesias e romances como os gêneros de maior produção. Segundo Vasconcelos (2002, p. 107) “[...] o romance foi o instrumento escolhido por muitas delas [mulheres do século XIX] exatamente como meio de expressão, de denúncia, de revolta e de recusa de sua situação”. Além do mais, poesias ou contos eram mais fáceis de serem publicados e a circulação destes era mais

viável e acessível a todas as mulheres principalmente, tendo em vista que estes eram inseridos em jornais e revistas.

Além do mais, o romance foi o gênero literário que prevaleceu na Inglaterra durante o século XIX, ao qual foi fortalecido, inicialmente, pelos escritos de Jane Austen, considerada a principal representante do romance inglês por tratar nos seus escritos o que realmente interessava a ela - a conduta das pessoas que estavam misturadas a uma sociedade tomada pela ambição, onde os valores eram mais importantes do que o próprio “Eu” (FREIRE, 2011). As obras de Austen ajudaram a moldar a nação inglesa, uma vez que retratavam aquela sociedade patriarcal e imperialista (DIAS, 2015).

Ainda sobre o romance, Perrot (2007, p. 99-100) afirma que foi este gênero “[...] em particular, que se tornou o território das grandes romancistas inglesas (Jane Austen, as irmãs Brontë, George Eliot, Virginia Woolf e as demais) [...]”. Além disso, para Lukács (1964) este gênero literário tornou-se o mais simbólico e representativo da sociedade burguesa por mostrar as contradições e conflitos dos personagens entre os desejos pessoais e sociais, onde o herói inicia uma luta a fim de modificar alguns princípios impostos pela sociedade, por exemplo, o acesso à educação era limitado de acordo com a classe social de cada indivíduo. O autor defende que o romance é um gênero burguês porque trata dos anseios da burguesia em ascensão e sua necessidade de promover mudanças sociais nas rígidas regras sociais estabelecidas para cada classe social. Neste sentido, o herói do romance é problemático porque luta contra as amarras sociais que impediam seu pleno desenvolvimento como indivíduo. Esta questão se adequa perfeitamente aos romances de autoria feminina, visto que eles apresentam heroínas problemáticas que lutam contra as forças opressoras da sociedade, a exemplo de Edna Pontellier em *O despertar*.

Assim, as lutas travadas contra as opressões machistas amparadas pelo sistema patriarcal aos poucos foram sendo desmistificadas através das vozes femininas que eclodiram no espaço literário, e que durante séculos reivindicaram/reivindicam um espaço digno e igualitário em todas as esferas sociais, das quais eram/são excluídas. Os relatos e experiências destas escritoras/protagonistas na literatura de modo geral, ao longo da história, tornaram-se relevantes para que houvesse um reconhecimento cultural e acadêmico em seus diversos gêneros, de modo que estes possam servir de modelos para o papel da figura feminina inserida na obra seja repensada e assim destacada como “sujeito” e não como “objeto” nos escritos futuros, já que, segundo Patrocínio (2010, p. 29) a

“Literatura busca a formação de um espaço próprio [...] em que a mulher seja o sujeito do discurso [...]” afim de que esta possa “construir sua própria representação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é notório o quanto a mulher batalhou para alcançar seus objetivos, e ser reconhecida como sujeito ativo dentro da sociedade, em especial no mundo editorial. Pois seu percurso foi árduo e repleto de lutas para hoje ter, dentro do possível liberdade e a igualdade conquistada: trajam-se da maneira que as satisfazem, escolhem seu esposo, podem ter sua profissão/independência, estudam o que lhes agrada, andam sozinhas, etc. No entanto, mesmo estando no século XXI, ainda é possível encontrar em alguns países mulheres em situação de extrema submissão. Em relação à escrita de autoria feminina houve uma evolução significativa, pois elas conseguiram reconhecimento nesse mundo editorial: não precisam mais usar pseudônimos masculinos, a escrita não é mais realizada numa espécie de confinamento, os temas são livres de acordo com o que realmente lhes agrada ou agrada o público leitor e tem melhores condições econômicas para custearem suas publicações.

Conforme pode ser observado, foi muito difícil para as mulheres se aventurarem no universo editorial, mas mesmo assim, após um longo caminho de lutas elas conseguiram empreender mudanças e oferecer uma nova roupagem em teorias que foram formuladas pelos homens, trazendo-as atualmente para o centro das pesquisas acadêmicas literárias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. In: PRIORE, Mary Del. (org.) **História das Mulheres no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45-77.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Leite. *Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica*. **Revista Ártemis**, v.18, n 1, (2004). Disponível em: <<http://www.biblionline.ufpb.br/ojs2/index.php/artemis/article/view/2363/2095>>. Acesso em: 09 de Junho de 2017.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

DANTAS, Maria Larissy Gonçalves. **Emma, de Jane Austen: um Bildungsroman feminino**. UFGM: Cajazeiras. 2016. Monografia (Curso de Especialização em Estudos Literários)

DIAS, Lilian Fonseca. **A subversão das relações coloniais em O morro dos ventos uivantes: questões de gênero**. Campina Grande: EDUEM, 2015.

FREIRE, L. J. **Representações paradoxais do feminino no século XIX: uma análise comparativa entre Orgulho e Preconceito, de Jane Austen e Tess, de Thomas Hardy**. 2011. 23f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras)- Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2011.

GILBERT, Sandra & SUSAN, Gubar. **The Norton anthology of literature by women: the traditions in English**. 2nd edition. New York: W.W. Norton & Company, Inc, 1996.

LOBO, Luísa. Literatura de autoria feminina na América Latina. In: **Revista Mulher e Literatura**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: < <http://filipe.tripod.com/LLobo.html> > Acesso em 15 de Junho de 2017.

LUKÁCS, G. “Dalla Prefazione a Storia dello sviluppo del Drama Moderno”. In: **Scritti di Sociologia della Letteratura**. Milão: Sugar Editore, 1964.

MOREIRA, Nadilza Martins de Barros e SCHNEIDER, Liane (orgs). **Mulheres no Mundo: etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Idéia, 2005.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. **Escritos à margem: a presença de escritores da periferia na cena literária contemporânea**. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. V. Ribeiro. Bauru-SP: Edusc, 2005.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução de Ângela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

SROCZYNSKI, Maria Eloisa Z. **Uma análise linguístico-discursiva de O Despertar de Kate Chopin**. 2004. 113f. Dissertação (Mestrado em Letras) - UCPel, Pelotas. 2004.

TEDESCHI, L. A. **História das Mulheres e representações sociais**. São Paulo: Curt Nimuendajú, 2008.

TELLES, Norma. Escritoras, escrita e escritura. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002, p. 401-442.

VASCONCELOS, Sandra Gardini. **Dez Lições Sobre o Romance Inglês do Século XVIII**. São Paulo: Bomtempo, 2002.

WOOLF, Virgínia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.